

SOUL VILA VELHA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

SOUL VILA VELHA S.A.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Diretores da  
Soul Vila Velha S.A.  
Ponta Grossa - PR

### Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Soul Vila Velha S.A. (“Soul Vila Velha”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto quanto ao fato mencionado no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soul Vila Velha S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

A Companhia efetuou reversão de R\$ 108 mil na conta de depreciação em janeiro de 2022 referente a registro indevido realizado no exercício de 2021. Desta forma, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de depreciação acumulada está reduzido no referido valor assim como o saldo de despesa com depreciação. Tal procedimento contraria o disposto no CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 27, de 26 de junho de 2009.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Soul Vila Velha S.A. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Soul Vila Velha S.A. ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Soul Vila Velha S.A.;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Soul Vila Velha S.A. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Soul Vila Velha S.A. a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ponta Grossa, 16 de março de 2023.

# SOUL VILA VELHA S.A.

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
	Nota explicativa	2022	2021		Nota explicativa	2022	2021
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.632	2.488	Outorga variável a pagar	12	84	72
Contas a receber	6	523	156	Fornecedores	13	83	214
Impostos a recuperar	7	66	21	Empréstimos e financiamentos	14	4.951	5.231
Estoques	8	32	18	Obrigações trabalhistas	15	782	608
Empréstimos a partes relacionadas	9	457	1.103	Obrigações tributárias	15	25	44
Despesas antecipadas		9	13	Outros débitos		252	154
Outros créditos		30	35			6.177	6.323
		<u>2.749</u>	<u>3.834</u>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				<b>Outros débitos</b>			
Imobilizado	10	1.228	1.119	Outros débitos		107	61
Intangível	11	4.030	3.264	Empréstimos e financiamentos	14	4.204	7.646
		<u>5.258</u>	<u>4.383</u>			4.311	7.707
				<b>Patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>			
				Capital social	18	9.650	800
				Capital social a integralizar		(1.633)	-
				Prejuízos acumulados		(10.498)	(6.613)
						(2.481)	(5.813)
<b>Total do ativo</b>		<u><u>8.007</u></u>	<u><u>8.217</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)</b>		<u><u>8.007</u></u>	<u><u>8.217</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOUL VILA VELHA S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receita líquida de serviços	19	4.825	3.860
(-) Custos dos serviços prestados	20	(5.805)	(4.728)
(=) Prejuízo bruto		(980)	(868)
(+/-) Despesas operacionais Gerais e administrativas	21	(2.026)	(1.580)
(=) Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(3.006)	(2.448)
Receitas financeiras		113	158
Despesas financeiras		(1.144)	(1.506)
(=) Resultado financeiro líquido	22	(1.031)	(1.348)
Outras receitas e despesas		152	-
(=) Prejuízo do exercício		(3.885)	(3.796)
Prejuízo por ação		(4,86)	(4,75)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOUL VILA VELHA S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
(=) Prejuízo do exercício	(3.885)	(3.796)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	<u>(3.885)</u>	<u>(3.796)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOUL VILA VELHA S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) (Em milhares de Reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	Capital social a integralizar		
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (passivo a descoberto)	800	-	(2.817)	(2.017)
Integralização de capital	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	(3.796)	(3.796)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (passivo a descoberto)	800	-	(6.613)	(5.813)
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.850	(1.633)	-	7.217
Prejuízo do período	-	-	(3.885)	(3.885)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (passivo a descoberto)	9.650	(1.633)	(10.498)	(2.481)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SOUL VILA VELHA S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2022	2021
(=) Prejuízo do exercício	(3.885)	(3.796)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Juros incorridos sobre empréstimos	759	1.317
Depreciação	100	253
Reversão Depreciação	-	-
	(3.026)	(2.226)
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(367)	(54)
Impostos a recuperar	(45)	(17)
Estoques	(14)	(18)
Despesas antecipadas	4	(5)
Outros créditos	5	(17)
Fornecedores	(131)	45
Outorga variável a pagar	12	31
Obrigações trabalhistas	174	228
Obrigações tributárias	(19)	19
Outros débitos	144	188
Juros pagos	(764)	(365)
Caixa líquido das atividades operacionais	(4.027)	(2.191)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(262)	(225)
Baixa de imobilizado	53	-
Intangível em andamento - Obras	(766)	(1.311)
Baixa Intangível	-	8
Caixa líquido das atividades de investimentos	(975)	(1.528)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital social	7.217	-
Pagamento de empréstimos	(3.717)	(1.638)
Empréstimos com pessoas ligadas	646	(33)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	4.146	(1.671)
(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(856)	(5.390)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.488	7.878
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.632	2.488
(Diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	(856)	(5.390)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Contexto operacional

A SOUL VILA VELHA S.A. (“Companhia”), sociedade anônima fechada, é uma SPE (sociedade de propósito específico) e tem como objeto social executar as atividades previstas no objeto do contrato de concessão onerosa de obra no Parque Vila Velha, processo SEDEST (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo - Estado do Paraná), contrato nº 001/2020-IAT-concorrência pública nacional nº 001/2019-IAP, sob o contrato de Concessão de Concessão de uso para exploração do Parque Estadual de Vila Velha - PEVV, tendo como principais objetivos:

- (i) Venda de ingressos de entrada e dos atrativos, com implantação e gestão da emissão e cobrança de bilhetes;
- (ii) Implantação e gestão de Instalações, Espaços e Serviços de Controle e Cobrança de estacionamento veicular;
- (iii) Implantação e gestão do serviço de transporte interno;
- (iv) Implantação e gestão de serviços de alimentação;
- (v) Gestão do centro de visitantes;
- (vi) Gestão da loja de conveniências;
- (vii) Monitoramento do uso público nas trilhas e nos atrativos;
- (viii) Manutenção das estruturas na área da concessão;
- (ix) Implantação e gestão do sistema de segurança patrimonial e
- (x) Gestão dos encargos na área da concessão, nos termos do caderno de encargos.

### 1.1. Planos da Administração

Desde a concepção do plano de negócios, os primeiros anos estão sendo dedicados aos investimentos de modernização do parque e implantação de novos atrativos, sendo previstos prejuízos anuais até 2024. Foram utilizadas análises criteriosas de mercado e de projeções financeiras que permitiram estabelecer metas e objetivos claros para o negócio.

Para os investimentos necessários contamos com aportes dos acionistas e, principalmente, com a captação de recursos via Instituições Bancárias para a manutenção do fluxo de caixa. Os financiamentos foram fundamentais para garantir que a empresa pudesse seguir com o plano de negócios, mesmo diante de um cenário desfavorável em 2020, causada pela pandemia do Corona Virus (COVID-19). Dessa forma, a empresa tem se esforçado para manter uma gestão financeira responsável e transparente, buscando sempre otimizar a alocação de recursos e maximizar os resultados operacionais. Ao mesmo tempo, a Companhia está atenta às oportunidades de mercado e às necessidades dos nossos clientes, buscando inovar e oferecer soluções diferenciadas que possam gerar valor para todos os envolvidos.

A expectativa de lucro a partir do ano de 2025 de operação está em consonância com as práticas e tendências de mercado do setor em que atuamos.

## 2. Apresentações das demonstrações contábeis

### 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') e aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade ('CFC').

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Companhia em 15 de março de 2023.

### 2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

- Análise e teste de recuperabilidade de ativos;

- Determinação de vidas úteis do ativo imobilizado;
- Provisão para demandas judiciais.

## 2.5. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

### 3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

#### Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e incluem principalmente os rendimentos de aplicações financeiras, ao passo que as despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias.

### 3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo com resgate em até 90 dias da data da aplicação e considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

### 3.3. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes, decorrentes das prestações de serviços no curso normal das atividades da Companhia, estão avaliadas no momento inicial, pelo valor presente, e deduzidas da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa. A Companhia efetuou o cálculo do valor presente para o período findo em 31 de dezembro de 2022 considerando que os saldos são liquidados em curto espaço de tempo, os efeitos não foram materiais e, portanto, a Companhia não registrou os referidos montantes.

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída, em montante suficiente, para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber de clientes. A administração da Companhia realiza uma avaliação individual dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas, por faixa de vencimento e títulos amparados por garantias.

### 3.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (a) ao custo amortizado, (b) mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente e (c) mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Compreende o saldo de caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos. Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente

São ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) tanto para o recebimento de seu fluxo de caixa contratual quanto para a venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Além disso, os investimentos em instrumentos patrimoniais onde, no reconhecimento inicial, a Companhia optou por apresentar as alterações subsequentes do seu valor justo em outros resultados abrangentes, são classificados nessa categoria.

Suas variações são reconhecidas no resultado do período, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, exceto pelo valor justo dos investimentos em instrumentos patrimoniais, que são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria, os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, financiamentos e fornecedores.

#### Mensuração subsequente

- A mensuração dos passivos financeiros empréstimos e financiamentos são da seguinte forma: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivas.

#### Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 3.5. Imobilizado e intangível

#### Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado/intangível são registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação/amortização.

O custo do imobilizado/intangível inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, inclusive, se aplicável, serviços necessários e custos incorridos para colocação do bem produtivo em operação. Também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição dos ativos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que tais custos possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício quando incorridos, apropriados como custos de produção.

Um item do imobilizado/intangível é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, pelas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9, levando em consideração a vida útil estimada de cada bem, para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados. Os valores residuais, a vida útil estimada e o método de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### 3.6. Redução ao valor recuperável

Os ativos imobilizado e intangível têm seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável ou baixa contra os custos do projeto.

#### 3.7. Contas a pagar, benefícios e encargos sociais

As contas a pagar, principalmente aos fornecedores, são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores relativos às férias devidas aos funcionários estão provisionados proporcionalmente ao período aquisitivo e incluem os correspondentes encargos sociais.

As obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado é prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### 3.8. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### 3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e é constituída em montantes considerados suficientes para cobrir perdas prováveis.

A provisão é quantificada ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo, e atualizada até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e com base na opinião dos assessores legais da Companhia.

### 3.10. Imposto de Renda e Contribuição Social impostos correntes

A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados nas datas dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

### 3.11. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

No ano de 2022 a Companhia aderiu a Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021, que instituiu o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) que dispõe sobre a aplicação do benefício fiscal previsto no artigo 4º da referida Lei, que instituiu o PERSE:

Art. 4º Ficam reduzidas a 0% (zero por cento) pelo prazo de 60 (sessenta) meses, contado do início da produção de efeitos desta Lei, as alíquotas dos seguintes tributos incidentes sobre o resultado auferido pelas pessoas jurídicas de que trata o art. 2º desta Lei:

- I - Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição PIS/Pasep);
- II - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- III - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e
- IV - Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

### 3.12. Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

#### Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o IAS 1 (Presentation of financial statements), para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 (Classification of liabilities as current or non-current), cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta maneira, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

#### Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

#### Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

#### Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

#### 4. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

##### 4.1. Considerações gerais

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição financeira da Companhia, nas quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração.

##### 4.2. Gestão de risco financeiro

###### a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade das contrapartes.

A área de Finanças e Controladoria examina e revisa as informações relacionadas ao gerenciamento de risco, incluindo as políticas, os procedimentos e as práticas aplicadas no gerenciamento de risco:

i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais riscos de inadimplência das contas a receber.

ii) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Finanças.

b) Gestão de capital

Os objetivos principais da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do negócio para oferecer retorno aos seus sócios, além de proporcionar melhor gestão de caixa para assegurar disponibilidade de linhas de crédito, visando fazer face à manutenção da liquidez e obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou de terceiros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	22	21
Banco conta movimento	85	54
Aplicações financeiras	1.525	2.413
	<u>1.632</u>	<u>2.488</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

## 6. Contas a receber

	2022	2021
Aluguel a receber de arrendatários	194	27
Operadoras de Cartão de Crédito	329	129
	<u>523</u>	<u>156</u>

## 7. Impostos a recuperar

	2022	2021
PIS a recuperar	7	-
COFINS a recuperar	31	-
IRRF s/ aplicação financeira	24	21
Saldo negativo de IRPJ	4	-
	<u>66</u>	<u>21</u>

## 8. Estoques

	2022	2021
Estoque Loja Vila Velha	32	18
	<u>32</u>	<u>18</u>

## 9. Empréstimos partes relacionadas

	2022	2021
Empréstimo a partes relacionadas	457	1.103
	<u>457</u>	<u>1.103</u>

O valor de 2021 referente ao contrato de mútuo da parte relacionada Soul Parques S.A. firmado em outubro de 2020 teve o pagamento integral em 2022 do valor principal supra acrescido da correção monetária pela variação da Poupança verificada no período entre o mês da transferência e o mês da efetiva e integral quitação do empréstimo.

O saldo de 2022 refere-se despesas pagas para a parte relacionada Soul Aparecida S.A. com o pagamento do reembolso previsto para janeiro de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

## 10. Imobilizado

## a. Composição do saldo contábil

	Tx. Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
				2022	2021
Máquinas e equipamentos	10% a.a.	760	(164)	596	613
Equipamentos de informática	20% a.a.	219	(92)	127	159
Licença de software	20% a.a.	355	(144)	211	261
Móveis e utensílios	10% a.a.	127	(16)	111	43
Placas de sinalização	10% a.a.	156	(25)	131	29
Benfeitorias em bens móveis	10% a.a.	57	(5)	52	14
<b>Total</b>		<b>1.674</b>	<b>(446)</b>	<b>1.228</b>	<b>1.119</b>

## b. Movimentação do ativo imobilizado

	2021	Adições	(-) Baixas	(-) Depreciação	(*) Reversão Depreciação	2022
Máquinas e equipamentos	613	63	(31)	(72)	23	596
Equipamentos de informática	159	15	(5)	(44)	2	127
Licença de software	262	18	(1)	(71)	3	211
Móveis e utensílios	42	79	-	(10)	-	111
Placas de sinalização	29	55	(11)	(15)	73	131
Benfeitorias em bens móveis	14	35	-	(4)	7	52
<b>Total</b>	<b>1.119</b>	<b>266</b>	<b>(49)</b>	<b>(216)</b>	<b>108</b>	<b>1.228</b>

(\*) A Soul Vila Velha S.A. efetuou a reversão da depreciação em 2022, a fim de corrigir os saldos de depreciação no período.

## 11. Intangível

## a. Composição do saldo contábil

	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	
			2022	2021
Obras de concessão	4.030	-	4.030	3.264
	4.030	-	4.030	3.264

## b. Movimentação do ativo intangível

	2021	Adições	(-) Amortização	2022
Obras em concessão	3.264	766	-	4.030
<b>Total</b>	<b>3.264</b>	<b>766</b>	<b>-</b>	<b>4.030</b>

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de R\$ 4.030 refere-se a pagamento de estudos e projetos, além das despesas com as obras necessárias para a exploração do PEVV.

Segundo o contrato de concessão, o prazo do contrato de 30 (trinta) anos, contando a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão de Concessão de uso para exploração do Parque Estadual de Vila Velha - PEVV. A referida assinatura ocorreu em 19 de fevereiro de 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

O ativo intangível é registrado com base nos expostos no ICPC 01 e OCPC 05, que tratam da questão de contratos de concessão. Segundo o item 14 do referido OCPC na linha de entendimento de que o direito de outorga e a correspondente obrigação nascem na assinatura do contrato, a concessão representa um negócio de longo prazo, que passa por processo licitatório, envolve projetos de financiamento, garantias e definição de tarifa, portanto, fatores que indicam um contrato de longa duração em que as partes demonstram intenção e condição de executá-lo integralmente.

Assim sendo, é considerado que os fatos e as circunstâncias indicam que não se trata de um contrato de execução, mas a aquisição de um direito de exploração, a aquisição de uma licença para operar por prazo determinado, haja vista entender-se que o poder concedente performou sua parte no contrato ao dar o acesso e o direito à exploração do objeto da concessão, enquanto o concessionário não performou a sua parte. A Companhia, por contrato, deve pagar apenas a outorga variável (15,2% da receita operacional bruta), registrando esses valores como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado, conforme determinado pela última parte do item 28 do OCPC 05.

## 12. Outorga variável a pagar

A Rubrica "Outorga variável a pagar", registrada no valor de R\$ 84 no passivo circulante em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 72 em 2021), refere-se ao valor de Outorga variável a ser pago referente ao valor percentual de 15,2% (quinze vírgula dois pontos percentuais) da Receita Operacional Bruta do mês de dezembro de 2022 de acordo com o previsto na Proposta Comercial elaborada pela Companhia para participação da licitação.

## 13. Fornecedores

	2022	2021
Fornecedores	83	214
	<u>83</u>	<u>214</u>

## 14. Empréstimos e financiamentos

	2022	2021
Banco Itaú	7.293	10.010
Banco ABC	1.862	2.867
	<u>9.155</u>	<u>12.877</u>
Circulante	4.951	5.231
Não circulante	4.204	7.646
	<u>9.155</u>	<u>12.877</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

Os empréstimos obtidos junto às instituições financeiras referem-se à:

a) Banco Itaú:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco Itaú utilizado para capital de giro.

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,88% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

Banco:	Banco Itaú
Valor principal:	R\$ 10.000
Tx.mensal:	0,88%
Tx. Anual:	11,08%
Emissão:	01/07/2020
Vencimento:	01/07/2025
Dias:	1826
Capitalização:	Diária
Número de prestações:	48
Carência:	12 meses
Valor parcela principal	Periodicidade não uniforme
Saldo devedor atual	R\$ 7.293

A Companhia possui no contrato “covenants” referente a pagamentos em atrasos, ações judiciais e as seguintes cláusulas de desempenho:

- A dívida bruta total (soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos) deve ser mantida em valor igual ou inferior a R\$ 10.000 em 2021, R\$ 9.000 em 2022, R\$ 7.000 em 2023, R\$ 5.000 em 2024, R\$ 3.000 em 2025 e R\$ 1.000 a partir de 2016;
- Os acionistas devem realizar aporte de capital anual mínimo de R\$ 6.000 em 2021 e R\$ 1.500 em 2022 e 2023;
- Vedada a distribuição de dividendos pagamento de juros sobre o capital próprio, redução de capital ou ainda efetuar quaisquer outros pagamentos / empréstimos a seus respectivos acionistas e outras sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico.

As penalidades ao não cumprimento desses “covenants” é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, não sendo respeitados esses limitadores, o vencimento da dívida passa a ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante. Em 2020 as cláusulas citadas acima não foram cumpridas, no entanto o banco emitiu waiver ao final do exercício informando que não exercerá o vencimento antecipado da dívida, de modo que a Companhia manteve a segregação do empréstimo entre curto e longo prazo, conforme vencimentos originais do contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

## b) Banco ABC:

- Cédula de crédito bancário intermediada pelo Banco ABC utilizado para capital de giro.

Os juros incidentes são CDI-Over acrescidos de 0,4472% de juros fixos ao mês, acrescido flutuação acumulada, com base em 100% da Taxa de Referência: CDI-Over, incidente sobre o valor de cada uma das parcelas da dívida.

Banco:	Banco ABC
Valor principal:	R\$ 3.000
Tx.mensal pós CDI:	100%
Tx.mensal:	0,44720%
Tx. Anual:	5,50%
Emissão:	01/10/2020
Vencimento:	01/10/2024
Dias:	1461
Capitalização:	Diária
Número de prestações:	48
Carência:	12 meses
Valor parcela principal	R\$ 83
Saldo devedor atual	R\$ 1.862

O contrato firmado com o banco ABC não possui cláusulas de desempenho.

Os montantes em 31 de dezembro de 2022 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

Anos	2022
2023	4.442
2024	4.306
2025 e seguintes	407
	<u>9.155</u>

Abaixo a movimentação dos saldos de empréstimos no exercício:

Banco	2021	Captações	Pagamentos de principal	Provisão de juros	Pagamento de juros	2022
Banco Itaú	10.010	-	(2.717)	630	(630)	7.293
Banco ABC	2.867	-	(1.000)	129	(134)	1.862
	<u>12.877</u>	-	<u>(3.817)</u>	<u>759</u>	<u>(764)</u>	<u>9.155</u>

## 15. Obrigações trabalhistas e tributárias

	2022	2021
Salários e encargos sociais	48	38
Provisão para férias e encargos sociais	100	80
Provisão de bônus e pagar	634	490
PIS e COFINS a recolher	-	17
ISS a recolher	20	17
ICMS a recolher	3	2
IRRF e CSRF retido a recolher	2	8
	<u>807</u>	<u>652</u>

16. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributárias, trabalhistas e cível. A Companhia apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Na avaliação dos consultores jurídicos não há processos em andamento classificados como perda provável ou possível.

17. Remuneração do pessoal-chave

Em maio de 2022 houve o pagamento de bônus e gratificações referente as metas do ano de 2021 no valor de R\$ 628.

Não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações aos administradores.

18. Patrimônio Líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 9.650.

O capital social é composto 9.650.000 (nove milhões, seiscentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, correspondentes a 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. O valor a ser integralizado

No exercício foram integralizadas ações ordinárias nominativas em moeda corrente nacional, mediante depósito bancário pela acionista Soul Parques S.A., restando integralizar o valor de R\$ 1.633.333,32 (um milhão, seiscentos e trinta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e dois centavos) a serem integralizados até a data de 31 de março de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

## 19. Receita líquida de serviços

	2022	2021
Receita bruta de Serviços		
Prestação de serviços	4.571	3.890
Aluguéis e arrendamentos	349	179
Receita loja souvenir	208	126
	<u>5.127</u>	<u>4.195</u>
Deduções de vendas		
Devoluções e cancelamentos	(15)	-
Impostos sobre serviços	(287)	(335)
	<u>(302)</u>	<u>(335)</u>
Receita líquida	<u>4.825</u>	<u>3.860</u>

## 20. Custos dos serviços prestados

	2022	2021
Pessoal	(3.46)	(2.861)
Prestação de serviços	(1.469)	(793)
Outorga e fiscalização	(779)	(655)
Materiais e utilidades	(43)	(400)
Custo das mercadorias vendidas	(51)	-
Seguros	(17)	(19)
	<u>(5.889)</u>	<u>(4.728)</u>

## 21. Despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Serviços de terceiros	(928)	(542)
Viagens e estadias	(87)	(97)
Marketing e comunicação	(349)	(281)
Despesas diversas	(554)	(407)
* Depreciação	(108)	(253)
	<u>(2.026)</u>	<u>(1.580)</u>

(\*) A Soul Vila Velha S.A. efetuou a reversão da depreciação em 2022 no valor de R\$ 108, a fim de corrigir os saldos de depreciação no período.

## 22. Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	77	122
Outras receitas financeiras	36	36
	<u>113</u>	<u>158</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(67)	(69)
Juros e multas	(54)	(8)
Juros s/ empréstimos	(1.023)	(1.429)
	<u>(1.144)</u>	<u>(1.506)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.031)</u>	<u>(1.348)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de Reais)

---

## 23. Seguros (não auditado)

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2022, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro garantia	Garantia do contrato de concessão Edital de Concorrência nº 001/2019- IAP	350
Seguro patrimonial	Seguro patrimonial contra danos incêndio, explosão e outros danos patrimoniais	30
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	
		380

## 24. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.